

Senado aprova novo imposto para a saúde

19 OUT 1995
GLOBO

BRASÍLIA — O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a emenda que permite a criação da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). A aprovação só foi possível após a intervenção direta do presidente Fernando Henrique, que pediu ontem aos líderes dos partidos aliados apoio à medida, durante o café da manhã no Palácio da Alvorada. A emenda recebeu 57 votos favoráveis e apenas 13 contra, além de duas abstenções.

A proposta aprovada autoriza a União a instituir a CPMF e estabelece que a contribuição poderá ter uma alíquota máxima de 0,25%, que poderá ser reduzida, se o Governo achar necessário. Todos os recursos obtidos com a cobrança da CPMF serão

depositados no Fundo Nacional de Saúde. A emenda só entrará em vigor 90 dias depois de sua aprovação pelo Senado e pela Câmara. A CPMF só poderá ser cobrada num prazo de dois anos.

Como se trata de emenda constitucional, a proposta terá um segundo turno de votação no Senado, no início de novembro, para só depois ser analisada pela Câmara. Para aprovar uma emenda constitucional, são necessários pelo menos 49 votos (três quintos dos votos a favor).

O Governo calcula que poderá arrecadar, com a CPMF, R\$ 6 bilhões em um ano. Essa verba é exatamente o que está previsto para o Orçamento de 1996 para financiar obras e hospitais.